



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006175-56.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - DIREITO DO CONSUMIDOR**
 Requerente: **JOÃO BATISTA ARAÚJO DE OLIVEIRA e outro**
 Requerido: **Banco Santander (Brasil) S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

PODER JUDICIÁRIO

São Paulo

1ª Vara Cível de São Carlos

Processo nº 1006175-56.2014

VISTOS

**JOÃO BATISTA ARAUJO DE OLIVEIRA e
 JOÃO LUCAS RAMANELLI ARAUJO DE OLIVEIRA ajuizaram AÇÃO
 DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO c.c. INDENIZAÇÃO POR**

1006175-56.2014.8.26.0566 - lauda 1

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

DANOS MORAIS em face de **BANCO SANTANDER S/A**, todos devidamente qualificadas.

Consta da inicial que no mês de Junho/2014, o primeiro requerente foi informado pelo órgão de proteção ao crédito SERASA que se encontrava “negativado” ante o inadimplemento de um contrato firmado com a instituição financeira ré que possuía como data de vencimento o dia 07/06/2014. Ambos então se dirigiram até a agência para explicar a indevida inclusão, pois haviam efetuado todo o pagamento do referido avençado mas não obtiveram êxito. Requereram a procedência da ação declarando a inexistência do débito e a condenação da instituição financeira requerida ao pagamento de indenização a título de danos morais. A inicial veio instruída por documentos às fls. 14/27.

Devidamente citada a instituição financeira, ora requerida apresentou contestação alegando que o nome do primeiro autor foi excluído do cadastro de inadimplentes na data de 09/11/2012 e não há nenhuma restrição contra eles nos órgãos de proteção de crédito; portanto não praticou ato ilícito nenhum, não havendo o dever de indenizar ante a inexistência de pressupostos que ensejam este direito. No mais rebateu a inicial e requereu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 65/68.

Pelo despacho de fls. 69 foi determinado que o réu apresentasse cópias dos contratos; nesse mesma decisão foi determinada a expedição de ofício aos SPC e SERASA e ainda as partes foram instadas a manifestar em termos de produção de provas.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Ofícios do SERASA e SPC foram carreados a fls. 76/81.

O autor manifestou a fls. 82 solicitando a produção de prova oral.

As fls. 106 o Banco requereu a juntada dos documentos de fls. 107/271 e o autor manifestou-se a fls. 275/276.

É o relatório.

DECIDO.

Os informes de fls. 76 e 77 indicam que os nomes dos autores foram lançados na SERASA, pela Casa Bancária em 17/06/2014 e ali permaneceram por **30 (trinta) dias**.

Em nome de JOÃO LUCAS consta ainda outra restrição do mesmo banco de 18/09/12 a 09/11/2012.

Neles não há referência ao tipo de negócio. Consta das telas se tratar de “pendências bancárias” relativas a contratos cujos números finais são ilegíveis (fls. 81).

De qualquer forma, não há como vincular os comprovantes de pagamento exibidos a fls. 19/27 com tais avenças.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A fls. 24 e 25 temos a referência a um acordo 121711592 mas não consta qualquer alusão aos contratos que por ele teriam sido abarcados.

Cabe ainda ressaltar que a ação foi ajuizada em 19/07/2014 quando as restrições já apontadas não estavam mais operantes no sistema.

A exclusão mais recente é de 26 de outubro de 2013.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, julgo improcedente o pedido exordial.

Ante a sucumbência, fica o autor condenado ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono do requerido, que fixo, por equidade, em 10% (dez por cento) sobre o valor dado à causa. Deverá ser observado que o autor é beneficiário da gratuidade de justiça.

P. R. I.

São Carlos, 15 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min